MENSAGEM A-Nº 103/2024 - VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 945, DE 2023

São Paulo, 18 de dezembro de 2024

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 945, de 2023, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 33.951.

De iniciativa parlamentar, a proposta obriga que as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo viabilizem o pagamento das tarifas de pedágio via cartão de crédito, cartão de débito e Pix – pagamento instantâneo brasileiro.

Apesar de reconhecer os elevados propósitos da iniciativa, deixo de sancionar a proposta pelos motivos que passo a expor.

O projeto disciplina aspecto relacionado ao planejamento e à operação de serviços públicos, ostentando evidente natureza administrativa.

Ao dispor sobre a forma de pagamento da tarifa de pedágio, o Legislador interfere em campo reservado ao Poder Executivo, a quem cabe o juízo de conveniência e oportunidade da medida. De fato, a decisão sobre adotar, e em que momento, providências dessa espécie cabe ao Governador, como corolário da competência privativa que lhe é outorgada pela ordem constitucional para dirigir a Administração (Constituição Federal, artigo 84, incisos II e VI, alínea “a”; Constituição Estadual, artigo 47, incisos II e XIV).

Anoto, também, que a implementação e a manutenção de estrutura necessária para dar cumprimento à proposta importaria acréscimo de obrigações e de custos às concessionárias de rodovias.

Nesse sentido, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP informou

que não há previsibilidade de obrigação contratual para a aceitação de modalidades diversas das estipuladas em edital, cabendo a cada concessionária avaliar a viabilidade técnica e econômica de sua implantação, pois estas soluções implicam custos de equipamentos, softwares e taxas de transações que devem ser suportados por elas.

Sob esse enfoque, o projeto revela-se materialmente inconstitucional, porquanto os parâmetros de atuação das concessionárias estão contemplados em contratos vigentes, não sendo permitido à lei nova promover sua alteração, sob pena de ofensa ao artigo 175 da Constituição Federal (ADIs n.º 2.299/RS e n.º 2.733/ES).

A citada autarquia noticiou, também, que diversas praças de pedágio do Estado de São Paulo já aceitam o pagamento com cartões, sendo que as demais estão em fase de implantação ou em estudos de viabilidade em fase avançada.

Finalmente, a mencionada entidade informou, ainda, que o pagamento por meio de PIX foi testado em algumas concessionárias, mas essa tecnologia demanda o acesso à rede de dados móveis do usuário em seu celular, o que ainda não está disponível em algumas praças de pedágio do Estado.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei n.º 945, de 2023, e fazendo-o publicar no Diário Oficial, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.